


COSTURANDO A PRODUÇÃO DO VIVER: MULTIJORNADAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS EM TECIDO RURAL-URBANO

Célia da Graça Arribas¹ 

Alina Pacheco Gôvea² 

DOI: 10.29327/2282886.9.1-7

Introdução

Historicamente desvalorizado, lido como não produtivo, relegado ao âmbito privado e socialmente imposto às mulheres como responsabilidade delas, o trabalho doméstico e de cuidados é fundamental para a sustentação da força de trabalho, garantindo a reprodução diária das pessoas e da economia (Federici, 2019; Bhattacharya, 2017). Considerando a centralidade do emprego doméstico, especialmente em regiões de interface rural-urbano onde as condições de trabalho tendem a ser ainda mais precarizadas, este artigo analisa aspectos da dinâmica desse setor no Brasil.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021), o Brasil conta com 6,4 milhões de trabalhadoras/es domésticas/os, sendo o segundo maior número absoluto no mundo. Em termos proporcionais, em 2023, o trabalho doméstico ocupava aproximadamente 14% da força de trabalho feminina do país (DIEESE, 2024). É esse trabalho doméstico, associado ao espaço privado e às responsabilidades femininas, que, ao ser transferido para o mercado de trabalho, passa a empregar um contingente expressivo de mulheres. Trata-se, ainda no século XXI, do maior grupo ocupacional entre as mulheres brasileiras (Pinheiro et al., 2021).

Se, durante o período colonial, o trabalho doméstico e de cuidados era realizado principalmente por mulheres escravizadas, cujas funções eram vistas como extensões do trabalho escravo, após a abolição, para muitas mulheres negras e pobres, essa atividade manteve-se como uma das poucas opções de emprego - sempre com salários baixos e condições precárias. Essa condição se estende com a aceleração da urbanização, na qual migrantes de regiões mais pobres, moradoras das periferias ou das zonas rurais encontram no serviço doméstico uma das poucas oportunidades de emprego nas cidades, configurando uma ocupação marcada por profundas desigualdades e sem regulamentações trabalhistas claras. Mesmo em um contexto brasileiro recente de transformações legislativas com a Emenda Constitucional nº 72 de

¹Doutora em sociologia pela USP, professora de sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), lattes: <https://lattes.cnpq.br/4202304467511821>

²Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), lattes: <http://lattes.cnpq.br/5585763142167659>

2013, a PEC das Domésticas, que igualou os direitos dos/as trabalhadores/as domésticos/as aos dos/as demais trabalhadores/as urbanos/as e rurais³ e com a Lei Complementar nº 150 de 2015, que detalha os direitos e deveres dos/as empregadores/as e empregados/as domésticos/as, ainda assim o desgaste, a invisibilidade e as relações informais de trabalho mantêm-se como características sócio-históricas desse setor.

Majoritariamente feminino, com alta predominância de mulheres negras, economicamente desfavorecidas, com baixa escolaridade e oriundas das periferias ou áreas precarizadas, o setor espelha as desigualdades interseccionadas de gênero, raça, classe e região (Pinheiro et al., 2021, p. 68). Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2023) referentes ao ano de 2022 mostram que entre os/as trabalhadores/as domésticos/as, 93,5% são mulheres e, entre estas, 67,3% são negras. Apenas 35,3% contribuem para a previdência social, e 24,7% possuem carteira de trabalho assinada. Na comparação com o cenário latino-americano e caribenho, entre 11 e 18 milhões de pessoas se dedicam ao trabalho doméstico, das quais 93% são mulheres (OIT, 2020). Com base em dados censitários de 8 países latino-americanos – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Costa Rica, Honduras, Nicarágua e Panamá –, 63% das trabalhadoras são negras. A informalidade afeta 77,5% das trabalhadoras, cujos rendimentos são iguais ou inferiores a 50% da média de todas as pessoas ocupadas (OIT, 2020). Tanto no Brasil quanto na América Latina, são os números que destacam a importância do trabalho doméstico e de cuidados como uma das categorias ocupacionais mais relevantes para a economia, embora com baixa proteção e reconhecimento.

Assentada, basicamente, na demanda das famílias brasileiras pela contratação de serviços domésticos, a maioria das pesquisas em âmbito nacional concentra-se nas macrorregiões e nas metrópoles, com pouca atenção para pequenas e médias cidades, e, principalmente, à realidade do meio rural brasileiro. A falta de mapeamento de dados sobre os serviços domésticos no interior das famílias rurais (Faria, 2011) aponta para alguns desafios, sobretudo em espaços cujos limites entre urbano e rural são muito tênues.

Para contribuir com este debate, trazemos aqui análises qualitativas sobre a dinâmica da ocupação do emprego doméstico em região de interface rural-urbano, mais especificamente em Ouro Fino e Inconfidentes, na região sul de Minas Gerais. O interesse voltou-se detidamente para a escuta e a compreensão exploratórias das vivências, experiências laborais e histórias de vida das trabalhadoras da região, de modo a resgatar, a partir de seus cotidianos, aspectos pouco explorados e examinados. Foram ouvidas, entre abril de 2022 e março de 2023, 18 trabalhadoras, mensalistas e diaristas, cujo perfil socioeconômico revela baixa escolaridade, predomínio da informalidade e ingresso majoritário na atividade na infância ou na adolescência (Tabela 1). São mulheres que nos narraram suas trajetórias e percepções sobre como chegaram ao trabalho doméstico, como o vivenciam diariamente, quais expectativas nutrem em relação a ele e como o

³ Entre outros direitos, a PEC das Domésticas garante jornada de trabalho de 44 horas semanais, pagamento de horas extras, FGTS obrigatório, seguro-desemprego, férias, adicional noturno, licenças maternidade e saúde.



compreendem no continuum roça-cidade, vida pessoal e vida profissional. Com pseudônimos para proteger suas identidades, suas falas são colocadas entre aspas ao longo do texto para demarcar reflexões e conhecimentos práticos de experiências individuais coletivamente vividas de maneiras semelhantes. Mulheres às quais agradecemos a disponibilização de parte de seu tempo - um bem valioso e escasso para elas.

Tabela 1 – Perfil socioeconômico das trabalhadoras domésticas entrevistadas de Ouro Fino e Inconfidentes (2022-2023)

nome	idade	raça/cor	escolaridade	estado civil	local de moradia	idade de ingresso no serviço doméstico	situação laboral	carteira de trabalho	profissão das mães
Marta	53	branca	fundamental incompleto	casada	bairro urbano periférico	12	mensalista	sim	trabalhadora rural
Josi	58	branca	fundamental incompleto	casada	bairro urbano periférico	10	mensalista	sim	lavadeira
Roberta	38	branca	fundamental incompleto	casada	bairro rural	13	diarista	não	meiera
Maria	49	negra	fundamental incompleto	divorciada	bairro rural	14	diarista	não	meiera
Isadora	72	branca	fundamental completo	viúva	bairro urbano periférico	9	mensalista	aposentada (autônoma)	lavadeira
Lurdes	65	branca	curso técnico (contabilidade)	viúva	bairro urbano periférico	9	diarista	aposentada (autônoma)	cozinheira
Jussara	N/I	branca	fundamental incompleto	casada	bairro urbano central	20	diarista	não	trabalhadora rural
Rita de Paula	55	branca	fundamental incompleto	casada	bairro rural	40	diarista	não	trabalhadora rural
Eliana	50	branca	fundamental incompleto	divorciada	bairro rural	11	diarista	não	meiera
Claudete	29	negra	ensino médio completo	solteira	bairro urbano periférico	15	diarista	não	trabalhadora doméstica
Vitória	44	negra	fundamental incompleto	casada	bairro urbano periférico	15	diarista	não	trabalhadora rural
Geni	28	branca	fundamental incompleto	casada	bairro urbano periférico	12	mensalista	sim	dona de casa
Cleide	58	branca	fundamental incompleto	casada	bairro rural	26	diarista	não	trabalhadora rural
Carmen	49	branca	fundamental incompleto	divorciada	bairro urbano periférico	18	mensalista	sim	trabalhadora doméstica
Joana	N/I	branca	fundamental incompleto	divorciada	bairro urbano periférico	10	mensalista	sim	lavadeira
Estefânia	N/I	branca	fundamental incompleto	divorciada	bairro urbano periférico	10	mensalista e diarista	sim	lavadeira
Rosa	55	branca	fundamental incompleto	casada	bairro rural	25	mensalista	não	trabalhadora rural

N/I: Não informado

Fonte: Elaboração própria

Iniciamos apresentando cenários e cenas nas (des)continuidades entre roça e cidade que caracterizam Ouro Fino e Inconfidentes, com destaque para a forma como suas protagonistas



vivenciam a economia do trabalho, dos afetos, de privações e direitos. Em seguida trazemos apontamentos sobre como o curso da vida entre infância, trabalho e perspectivas de futuro se configuram a partir de uma série de injunções e do conjunto de alternativas disponíveis de fato para elas. Concluimos reforçando a centralidade dos trabalhos domésticos e de cuidados para a produção do viver, operando como costura entre a casa e a rua, a economia doméstica e a economia pública, em condições sempre precárias, que revelam jornadas múltiplas – em atividades que transitam entre trabalho informal, temporário, em suas residências e emprego doméstico –, falta de clareza contratual, investimento emocional e baixos salários, refletindo a parca valorização social e econômica dessa ocupação.

1. Ouro Fino e Inconfidentes: economia de afetos, direitos, privações e trabalho

Típica cidade mineira, pequena e montanhosa, com pouco mais de 30 mil habitantes, de fortes laços com o passado rural e um dos berços da imigração de italianos para a região⁴, em Ouro Fino é comum as pessoas se cumprimentarem cotidianamente com um “bom dia”, “boa tarde” ou um simplesmente “bão”. Sabem identificar quem vem de qual família, ou quando não têm certeza, perguntam sem constrangimentos “é filha de quem?”. Com extensão de 535 km² e 908 metros de altitude, localizado na microrregião Sul de Minas Gerais, o arranjo territorial entre Ouro Fino e Inconfidentes, que abriga 7.358 habitantes, permite uma circulação econômica de pessoas, serviços e mercadorias entre as cidades. O fluxo entre elas é intensificado pelo turismo e comércio do Circuito das Malhas, no qual circulam as confecções regionais de crochê, do turismo do Circuito das Águas Paulistas e pelos peregrinos em direção ao Santuário de Aparecida, conhecido como Caminho da Fé. As plantações de café dão o tom das vastas extensões de terra, cujas colheitas sazonais são fonte de renda de trabalhadoras/es da região.

Caracterizada por um limiar tênue entre o rural e o urbano, Ouro Fino conta com aproximadamente 52 bairros rurais, divididos em várias propriedades familiares. A maioria da população se concentra no centro da cidade, ainda que boa parte da economia gire em torno das roças (Camargo, 2010) e do café – mercadoria valiosa no comércio internacional, da qual o Brasil é o segundo maior consumidor e o maior produtor mundial, com destaque para Minas Gerais⁵. Neste cenário, foram realizadas entrevistas com mensalistas e diaristas na intenção de captar percepções e vivências – entre outros pontos – sobre as diferenças entre o trabalho doméstico na cidade e o trabalho doméstico na roça. Contudo, para a maior parte delas, ao indagarmos sobre tal distinção, nos respondiam com outra pergunta: “você quer dizer trabalho de roça ou trabalho doméstico na roça?”. Foi quando notamos que estavam se referindo às possibilidades laborais

⁴Observatório de Ouro Fino. Disponível em: <<https://observatoriodeourofino.com.br/noticias/cidade-de-ouro-fino-e-oficializada-como-berco-da-imigracao-italiana-2>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

⁵Ministério da Agricultura e Pecuária. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/brasil-e-o-maior-produtor-mundial-e-o-segundo-maior-consumidor-de-cafe>>. Acesso em: 08 nov. 2024.



disponíveis para elas, nos chamando a atenção para as relações mais amplas de trabalho tecidas nessa região.

Trabalho de roça e trabalho doméstico na roça passou a ser uma das categorias de análise a partir de então. “Se fosse pra escolher”, o trabalho na roça, ora entendido como pesado e sofrido, ora como ambiente “mais tranquilo”, “sem ninguém por perto”, é visto pela maioria delas como local de preferência em relação ao trabalho doméstico – seja na roça, seja na cidade. Isso foi sendo aclarado na medida em que percebemos que por ser um serviço sazonal, instável, porque se trata mais especificamente da colheita de café, o trabalho na roça não podia ser a única opção de subsistência, mesmo que esse trabalho seja no cultivo de outros itens alimentícios.

Se fosse pra mim escolher, eu preferia na roça. Se fosse pra escolher. A roça é mais tranquila, porque você vai lá e faz, não tem ninguém perto, né? Porque as casas que eu trabalho nunca estão sozinhas, sabe? Tem sempre as pessoas que vivem na casa. A gente está acostumada na vida da roça, mais quieto, não tem movimento. Só que na roça a temporada de colheita é pequena. Vai de maio até setembro só, depois o resto só se fizer crochê, que eu faço. Mas não acha serviço assim todo dia, sabe? Por isso que eu optei em ir pra cidade, porque lá tem todo dia. Nunca acaba, porque todo dia precisa do serviço da gente (Rita de Paula).

Trabalhar duras e longas horas sob sol forte, perigo constante de animais peçonhentos, com comida fria, sem banheiro e sem proteção trabalhista faz a lida na roça um trabalho exaustivo, inseguro e precarizado. Mas não pode ser a única fonte de renda, dada a sazonalidade das colheitas. É então que o trabalho doméstico entra em cena, por ser um “serviço de todo dia, que nunca acaba”, com demanda cotidiana e, portanto, remuneração. É ele “o ganha pão da cidade” dentro de uma economia com poucas ofertas de emprego: “Ah, eu acho que aqui em Ouro Fino quase todo mundo faz isso! Se não faz, a mãe faz, a irmã faz, a tia faz. É a forma, o ganha pão da cidade, é isso né? Porque como não tem muito emprego, às vezes você vê uma pessoa que era secretária, está fazendo faxina” (Claudete).

O trabalho doméstico nas casas da roça ou nas da cidade “é a mesma coisa, mas...”, depois das reticências vem a definição de que embora percebam que desempenham praticamente as mesmas tarefas – frequentemente nas casas de pessoas com quem têm relações de amizade e/ou de vizinhança, comprometendo acordos claros de tarefas e direitos –, na roça há mais trabalho de limpeza, dada a presença marcante de poeira, de cômodos extensos e de terreiros com seus chãos de terra. Tirar a poeira, varrer, passar pano, limpar, lavar, arrumar, organizar, cozinhar, olhar as crianças, cuidar de pessoas dependentes etc., seguem sendo atividades cotidianas da produção do viver, fundamentais para garantir a organização das famílias e a manutenção da força de trabalho, não sendo diferentes nas regiões rurais, em que o trabalho doméstico remunerado tem seu valor e seu lugar na (re)produção da economia como um todo.

Circular na “casa de família”, realizando os afazeres da profissão, significa circular na dinâmica familiar atravessada por relações interpessoais cotidianas que muitas vezes vão além dos residentes contratantes. “Lá moram três pessoas, mas eu faço almoço para nove” foi uma



fala emblemática que nos indicou como a regulamentação e fiscalização da profissão derrapa em limbo jurídico (Fraga, 2016; Guerra, 2017). É comum famílias contratantes incluírem filhos/as, noras, genros e netos/as em suas demandas diárias, em sobrecarga percebida pelas trabalhadoras de maneira ambivalente, ora como um fardo, ora como um sinal de uma “família muito unida”.

À vista disso, a pandemia da Covid-19 veio para escancarar e acentuar a carga excessiva, as desigualdades e o fato de que todos/as somos vulneráveis e dependentes de cuidados. As entrevistas foram realizadas logo após o período mais crítico de isolamento social, em que a maioria das interlocutoras já havia tomado três doses da vacina. O isolamento, que para muitos/as brasileiros/as significou o trabalho em home office, para as trabalhadoras domésticas implicou em mais trabalho e, para muitas, foi motivo de demissão. Nesse contexto, era inevitável falar sobre os impactos da pandemia na vida delas. “Cuidava mais do cuidado com a casa”, nos relataram, revelando a dinâmica de exigências e recomendações sanitárias como lavar as compras do mercado, limpar constantemente a residência e lavar as roupas com mais frequência. Os trabalhos de arrumação e preparação de alimentos também foram intensificados dada a presença constante dos membros da família. À sobrecarga laboral somava-se ainda a desproteção a que estavam expostas. Algumas salientaram que lavar as mãos, usar máscaras e álcool em gel eram condições que elas deveriam respeitar, não cabendo necessariamente aos/às patrões/patroas: “Eles achavam que a gente ia contaminar eles, mas eles não pensavam que eles poderiam contaminar a gente também, né? Então, a experiência na pandemia foi horrível pra mim!” (Josi). Mesmo durante a pandemia, continuaram desempenhando suas funções, tendo que oscilar entre negligenciar ou priorizar a própria saúde para manterem o emprego: “A pandemia atrapalhou muita gente, né? Eu peguei a tal da Covid duas vezes. A primeira vez eu peguei da minha patroa, aí eu continuei indo do mesmo jeito. Depois, da segunda vez, eu já fiquei em casa, eu não fui trabalhar não” (Lurdes).

Para além do período pandêmico, a parca ou inexistente especificação de deveres e direitos nos contratos formais ou informais contribui para os investimentos e desgastes físicos e emocionais, sobretudo se nos atentarmos para as dimensões intersubjetivas em que os afetos podem ser lidos como trabalho. Pelo “fato deles me tratarem bem”, o acúmulo de tarefas, cuidados, afetos, privações e direitos, e o valor do trabalho doméstico se entrelaçam em uma dinâmica marcada por desigualdades e explorações (Monticelli, 2013; Brites, Monticelli e Melo, 2024). Essa complexa relação envolve uma transação que vai além do trabalho em troca de um salário, incluindo as dimensões de confiança, amizade e gratidão, que mantêm uma hierarquia evidente: a trabalhadora é “quase da família”, embora seu cotidiano laboral esteja sujeito às regras e aos ambientes privados dos outros.

Claudete, ao ser contratada para realizar um tipo específico de trabalho – o de limpeza –, passou a ser responsável também pelos cuidados com um “senhorzinho acamado”, com quem acabou “pegando muito afeto”. Suas experiências apontam para as expressivas mudanças sociodemográficas que marcaram a América Latina nas últimas décadas, cujo envelhecimento



populacional crescente evidencia a necessidade de reconhecimento do valor social e econômico do trabalho de cuidados com idosos dependentes (Fornés, 2014). Estima-se que, em 2025, a população de 60 anos ou mais “se aproxime de 15% e em 2050, de 24%” (Abramo; Valenzuela, 2016, p. 117).

Tinha um senhorzinho acamado lá. E eu sempre fui muito curiosa, eu gostava de ajudar, acabei ficando cuidando dele também. Nossa, era uma pessoa muito boa, sabe? Eles me tratavam como se eu fosse alguém da família mesmo! Acabei pegando muito afeto, né, que fala? Pelo senhorzinho tal. Fiz muita amizade, eram pessoas boas. Me tratavam muito bem, porque já teve lugar que eu trabalhei que eu não fui tão bem tratada não (Claudete).

Outras trabalhadoras também falam sobre “pegar afeto”, “ser bem tratada” e sobre amizades que desenvolveram ao longo da lida diária com os membros das famílias, que passam a “confiar” nelas, feito um capital social que elas acumulam e que é fator decisivo para novas contratações e indicações de trabalho. Elas, por sua vez, estabelecem uma relação de gratidão pela oportunidade do emprego. Confiança, de um lado, e gratidão, de outro, instituem relações assimétricas e ambíguas entre quem pode contratar e quem pode ser contratada.

Marta nos conta suas experiências nessa direção, trazendo suas memórias de afeto e amizade, mescladas com fortes doses de xenofobia e racismo. Mulher, negra, nordestina, do estado de Alagoas, em um país em que pessoas do Norte e Nordeste sofrem xenofobia e racismo, especialmente de pessoas do Sul e Sudeste, nos relata: “tipo assim, você vai fazer um serviço, tipo molha a garagem. Aí você não seca da maneira que a pessoa quer. Aí a pessoa fala: ‘que serviço de preto!’”. Na continuação das suas falas, Marta nos diz que:

Ele [o patrão] começou tipo meio sair lágrima do olho e ela [a patroa] começou a chorar e falou assim, ‘nossa, eu nunca imaginei que eu ia gostar tanto de uma pessoa que veio lá de Alagoas! Eu nunca imaginei isso!’. Têm as coisas ruim, né? Mas também têm as boas. E isso vai da pessoa, né? A patroa que faz a empregada, e a empregada que faz a patroa. Mas, primeiramente, confiança, não é? (Marta).

“A patroa faz a empregada e a empregada faz a patroa” define bem as conexões ambíguas entre amizade, trabalho, discriminação, confiança e gratidão que organizam tarefas e laços interpessoais. Patroa e empregada só existem nessa e por causa dessa relação, que traduz, basicamente, autoconhecimento, hierarquia e dependência. Os lugares sociais são reconhecidos, as distinções entre eles também, e a dependência se evidencia na enorme massa de atividades, responsabilidades e funções que a reprodução social exige. Não à toa, a sobrecarga de trabalho e a escassez de tempo são dados constantes na vida das interlocutoras.

Das 18 trabalhadoras ouvidas, 12 moram em bairros populares, longe do centro da cidade (apenas uma reside no centro) e dos bairros mais ricos, onde trabalham; as outras 5 moram em bairros rurais de Ouro Fino ou Inconfidentes. A mobilidade para elas é um problema, dada a ausência de transporte público nesse tecido regional. Jussara, que trabalhou 27 anos em Crisólia, distrito rural de Ouro Fino, usava sua bicicleta num trajeto diário de 14 km em estrada de terra, muitas vezes no escuro por conta do débil sistema público de iluminação. Isso significa que a



locomoção das trabalhadoras é um desafio. Além de ficarem expostas a situações de vulnerabilidade e assédio, percorrem diariamente em média 5 km a pé ou de bicicleta, subindo e descendo morros, o equivalente a 1 hora e meia.

Depois de realizada a carga diária na casa de terceiros, em média 9 horas por dia, sem computar o tempo do trajeto casa-trabalho-casa, todas, sem exceção, relataram que ao retornarem, têm de efetuar o serviço doméstico no próprio lar, sozinhas ou com “ajuda” dos maridos e filhas. “A gente vai trabalhar, faz tudo que tem que fazer no serviço, chega em casa, tem que fazer tudo de novo, né? Não é pouca coisa em um dia” (Claudete). Josi também traz seu relato nessa direção: “Ah, eu deixo tudo praticamente já programado. Por exemplo, uma vez por semana, eu faço faxina na minha casa e já deixo tudo organizadinho. Eu chego, já faço janta, já preparo pro almoço de amanhã pro marido levar. É uma organização”.

O trabalho doméstico entendido como “não é pouca coisa” e “não tem hora para acabar” nos diz muito sobre a forma como as tarefas cotidianas ocupam parte considerável do tempo da vida. Essa mulheres trabalham não apenas na casa de uma ou mais famílias contratantes, mas também executam as mesmas funções em suas próprias casas, em “uma organização” de atividades que demanda excessiva carga mental e física que a “dupla jornada” de trabalho lhes impõe. E no caso das trabalhadoras de Ouro Fino e Inconfidentes, poderíamos falar facilmente em “tripla” ou “quádrupla” jornada, demarcando a provisoriedade das ocupações e as sobrecargas diárias. Para além do trabalho doméstico e de cuidados remunerado – seja na roça e/ou na cidade –, do trabalho doméstico e de cuidados em seus lares, do trabalho na roça e as colheitas sazonais de café, os “bicos” ou “extras” também compõem esse cenário desgastante de complementação da renda e sustentação das famílias.

Logo, preparam e vendem pães, bolos e salgados; revendem lingerie, Tupperware e cosméticos de empresas como Avon, Natura e Boticário; e muitas delas confeccionam peças de crochê, vendidas no Circuito das Malhas, em atividade econômica e simbólica característica da região, reconhecida como patrimônio cultural do estado de Minas Gerais, mais especificamente de Inconfidentes, a Capital Nacional do Crochê. Conhecimento passado de geração em geração, produzida “artesanamente em casa, predominantemente por mulheres” (Dantas, 2022, p. 7), a atividade é marcada por relações de invisibilidade e desvalorização das crocheteiras. Ganhando “uma mixaria”, esta tarefa aparece como uma atividade da “hora vaga”, para “ocupar a cabeça” ou “para não ficar parada” e “ganhar alguma coisa”. Cleide nos diz que “por mês [recebe] 200 reais, porque o crochê eles não pagam bem. É uma mixaria que eles pagam! Então, a gente para não ficar à toa, pelo menos você tá ganhando alguma coisa, né? Eu cuido da casa e ajudo a olhar minhas netas que moram no fundo. A mãe trabalha e as meninas ficam comigo”.

Formas provisórias e precárias de trabalho com baixa remuneração e pouco reconhecimento fazem da vida dessas trabalhadoras uma colcha de retalhos de atividades extenuantes e ininterruptas. As aspas nas palavras dupla, tripla ou quádrupla jornada não são para simplesmente mostrar a soma de tempos e tipos de trabalhos, e a maneira como “conciliam” vida profissional e vida pessoal. Trata-se de evidenciar as tensões, os desgastes e o cansaço que



as responsabilidades e as necessidades de subsistência demandam delas. Porque para sermos mais precisas, “ao fazer essa soma, logo nos demos conta de que as costuras do paletó ‘trabalho’, feito sob medida por e para as crenças economicistas, cediam facilmente nas cavas”, como argumentam Hirata e Kergoat (2007, p. 596) ao caminharem para uma definição não mais centrada na valorização do capital, e sim na produção do viver.

Se o trabalho reprodutivo é o mesmo dentro dos próprios lares e para os outros lares e famílias, seja na feitura de pães e bolos, seja na confecção de crochê, seja na roça, seja na limpeza da poeira, ou no cuidado de “senhorzinhos”, onde está a demarcação entre o valor de um bem produzido pelas mulheres e consumido pela própria família, e de um bem produzido por elas em casa e trocado no mercado? Ou a diferença entre um serviço gratuito em benefício de seus familiares e o mesmo serviço remunerado quando realizado para outras famílias? A gratuidade das atividades em casa e no cuidado com outras pessoas não depende da natureza do trabalho, porque quando as mulheres o efetuam (para) fora de casa, ele é remunerado. Trabalhos “não produtivos” e “produtivos” são categorias analíticas de uma economia que pensa o “trabalho” como sinônimo de “trabalho assalariado” e que sistematicamente desvaloriza tipos específicos de trabalho, mas, sobretudo, desvaloriza quem os realiza. São as mulheres — principalmente pobres e negras no contexto brasileiro — que, com sua energia, conhecimento, criatividade e tempo socialmente gasto, disponibilizam sua força de trabalho em outros lares e para outras famílias, em atividades essenciais para a produção do viver coletivo.

O mundo dos afetos, dos cuidados, das relações de intimidade e privacidade, que caracteriza a família e o lar, é também um lugar de distribuição desigual de responsabilidades e afazeres. É nele que se exerce a exploração de uma enorme massa de trabalho socialmente desprestigiado, invisível e efetuado gratuitamente em nome do “dever” e da “natureza” femininas. Para muitas mulheres, o ambiente familiar da casa é também o lugar do emprego, da fonte ou da complementação da renda.

O lar, enquanto ambiente de trabalho, implica uma sobrecarga tanto psíquica quanto laboral, de proximidade e dependência, que convive com as demandas diárias e simultâneas da vida — entre casa, família, ganha pão, preocupações e reponsabilidades. A elevada incidência de depressão entre trabalhadoras domésticas, que alcança 6,5%, bem acima da média correspondente ao conjunto da população brasileira (3,9%), é consequência disso (Abramo; Valenzuela, 2016, p. 121). Violência, assédio moral e sexual, discriminação racial, riscos ocupacionais e acidentes de trabalho, estresse e ansiedade também figuram no rol de causas de adoecimento físico e mental das trabalhadoras domésticas (Galon et al., 2021). Foram nossas interlocutoras, mulheres negras, que nos relataram espontaneamente, em falas doloridas, episódios de assédio sexual no trabalho. Como consequência da convergência entre sexismo e racismo (Gonzalez, 2019) de uma cultura patriarcal, colonial e racista, as mulheres negras são historicamente mais expostas à objetificação e à violação de seus corpos, esses mesmos que circulam nas casas de outras famílias, realizando atividades essenciais para a produção do viver coletivo.



Ao fim do cálculo, descobre-se que as trabalhadoras de Ouro Fino e Inconfidentes trabalham jornadas múltiplas e geralmente não ganham quase nada. Sua subordinação no mercado de trabalho e a suposta “natureza improdutiva” do seu trabalho estão atravessadas interseccionalmente pelos sistemas de opressão de gênero, raça, classe e região que hierarquizam corpos, atividades e reconhecimento, garantindo a manutenção de uma economia tradicionalmente assentada na superexploração do seu tempo e de sua força de trabalho. O tempo de trabalho é o tempo da vida, e as vidas que trouxemos aqui são marcadas por trajetórias e condições muito semelhantes, configuradas a partir de uma série de constrangimentos sociais sobre os quais falaremos a seguir.

1. O tempo da vida entre carência e cidadania

As irmãs Roberta, Maria e Eliana, de Inconfidentes, nascidas, criadas e moradoras da roça, são parte de um círculo familiar mais extenso de nove irmãos/ãs, marcados/as pela baixa renda e pouca instrução. “Desde pequenas”, em meio a brincadeiras, as irmãs e outras interlocutoras ajudavam a mãe e o pai nas tarefas de um ambiente rural cheio de afazeres e cuidados. Lurdes, 65 anos, iniciou sua vida laboral na infância, com apenas nove anos, e mesmo aposentada como trabalhadora doméstica, continua exercendo suas atividades três dias na semana, agora como governanta. Muitas delas “já trabalhavam e brincavam ao mesmo tempo”.

Ai, meu Deus, qual que foi minha adolescência? Trabalhando também desde pequena, para ajudar o pai e mãe lá [...]. Ah, eu acho que eu tinha uns oito anos, já comecei a trabalhar, ajudar a mãe, trabalhar na roça, varrer café. Era roça, apertando vaca, ajudando o pai. As coisinhas de casa, tratando de porco, galinha. Ah, sei lá, nem lembro, nem sei [...] brincava bastante de esconde-esconde dentro de casa (Eliana).

A minha infância foi maravilhosa. Brincava muito. Mas assim, a gente já começou a trabalhar desde criança, né? A gente brincava e nessas brincadeiras a gente já trabalhava como babá. E, naquele período, a gente geralmente já trabalhava e brincava ao mesmo tempo (Josi).

Quem abriu as portas dos diálogos com as três irmãs foi Eliana. Começou a trabalhar na roça aos oito anos, e aos onze iniciou seu primeiro emprego de trabalhadora doméstica. Hoje, com 50 anos, ganha em torno de R\$800,00 por mês, renda abaixo da média nacional em 2022, que era de R\$1.051,00 (Dieese, 2023). Em certa altura da conversa, questionamos sobre a composição e sobre os tipos de emprego de seus familiares. Particularmente sobre suas irmãs, ela nos relatou: “Ah, quase todas” trabalham como mensalistas ou diaristas. Foi então que tivemos acesso a Roberta, 38, e Maria, 49, que nos concederam entrevistas. Como se fosse um “destino” para muitas mulheres, o trabalho doméstico nessa região se inicia frequentemente em tenra idade, sob um cenário familiar de vulnerabilidades econômicas e educacionais, e se estende na vida adulta



como alternativa de subsistência. Roberta e Maria, ambas residentes em bairro rural, compartilham laços familiares e trajetórias de trabalho similares. Hoje, as duas irmãs são diaristas, complementam a renda com atividades da roça e com a confecção de crochê.

Casada e com dois filhos em idade escolar, Roberta é a responsável pelos cuidados da casa e da família, assim como todas as interlocutoras. Estudou apenas até a oitava série do ensino fundamental, já que aos 14 anos teve que ingressar na vida laboral para colaborar nas contas da família. Como diarista, atende três casas no próprio bairro rural onde mora, sendo que em duas delas as responsabilidades são divididas com Maria, que desde os sete anos trabalha na roça e aos 13 começou a faxinar para complementar a renda familiar da lavoura.

Em um arranjo muito comum em ambientes rurais de Ouro Fino e Inconfidentes, as duas famílias para as quais Roberta e Maria trabalham são vizinhas e amigas de longa data. Quando uma não pode ir, a outra vai, e o pagamento é compartilhado igualmente entre elas – recebem, em média, R\$600,00 por mês com as faxinas – o equivalente a meio salário-mínimo (DIEESE, 2023). O fluxo de trabalho não para. São diaristas, crocheteiras e mães provedoras de famílias da roça.

A propósito, o serviço doméstico é uma ocupação em que 52,9% são de mulheres mães chefes de família (Dieese, 2023). São dados relativos às regiões metropolitanas, até porque a maioria das pesquisas nacionais não se envereda pelas estradas de terra do interior ou dos ambientes rurais do país. Mas servem de parâmetro para compreendermos as trajetórias das nossas interlocutoras. Algumas delas relataram entrar no emprego doméstico quando se tornaram mães, frequentemente ainda muito jovens. Vitória, 44 anos, engravidou de Claudete aos 15 anos, quando começou no serviço doméstico para prover a família que se iniciava. Hoje, mãe e filha, mulheres negras, são faxineiras. E foi comum ouvir relatos como os de Jussara: “Eu tinha o meu filho novo, de 5 anos. E precisava trabalhar. E aí foi um serviço que eu achei mais fácil. Eu falei, ‘eu não tenho estudo, o que eu sei fazer é limpar’, então aí comecei”.

Entre estar no serviço doméstico para somar à renda do trabalho sazonal do café, ou estar nele por falta de estudos, ou aliarem serviço pesado na roça e serviço doméstico nas residências, além dos bicos, as trabalhadoras têm seu tempo de vida consumido. E pouco desse tempo pôde ser dedicado ao avanço nos anos de estudo, na esteira do contexto educacional rural, de poucas escolas – distantes e precarizadas – e de pouco incentivo. “Eu estudei até o terceiro ano de roça, aí fui obrigada a sair da escola, né? [...] Meu pai dizia que mulher não precisa estudar. ‘Estudar para quê, se vai aprender a pilotar só o fogão?’” (Cleide).



Os aspectos particulares do cenário rural-urbano não aparecem somente na estrutura educacional deficitária. Também estão nas jornadas de trabalho no lar e na roça que invadem suas infâncias, se estendem na adolescência e se fixam na vida adulta. “Estudar para quê, se vai pilotar só o fogão?”. Aprendem, então, desde novas a cozinhar, limpar, lavar, organizar, plantar, colher, ordenhar, capinar, cuidar.

A situação precária da educação nesse tecido rural-urbano e a ausência de políticas públicas de incentivo profissionalizante somadas à necessidade de sustento acabam conduzindo muitas mulheres aos serviços domésticos, num círculo vicioso em que percorrem suas trajetórias de forma muito similar às trajetórias de suas mães, sempre com o risco iminente de que suas filhas também o façam. E quando falamos em educação, não se trata apenas da versão formal de acessar matérias e disciplinas, cujos conteúdos e habilidades serão requisitos para ter um diploma e exercer alguma profissão. Também estamos falando de acesso a informações e tecnologias sobre direitos, participação política e cidadania.

Com cargas excessivas em casa, nos bicos e em ambientes laborais cujos limites entre tarefas, afetos, direitos e salário quase nunca estão bem-sinalizados – seis das 18 interlocutoras têm carteira profissional assinada –, e sofrendo com a falta de equipamentos públicos (como escolas, creches e sistema de transporte), ter tempo para os estudos/qualificação profissional e/ou para a participação política é um grande desafio para a superação das condições históricas de exploração dessas mulheres.

O tempo é um bem escasso. Se a autonomia sobre o uso do próprio tempo é elemento central para a definição entre cidadania e servidão, então “o que nos parece uma questão sociológica importante é o fato de que, para quem tem carência de tempo, garantir tempo para a participação política [e, por extensão, para estudar] já significa uma afirmação como sujeito na construção da resistência à dominação/exploração” (Ávila, 2016, p. 144). Ao perguntarmos se conheciam organizações coletivas de trabalhadoras, na intenção de pensar com elas formas de participação política, em resposta unânime nos disseram que não conhecem nenhuma associação ou sindicato de trabalhadoras domésticas na região de Ouro Fino e Inconfidentes – ou fora dela –, embora a maioria tenha apresentado curiosidade em participar.

Quando falamos sobre o tema do sindicato com as irmãs Eliana, Maria e Roberta, levaram-nos a compreender como as relações interpessoais e intersubjetivas – de vizinhança e/ou amizade – borram as percepções sobre direitos, no caso associar-se ou sindicalizar-se, mas



também os próprios direitos trabalhistas da categoria, porque requerer direitos pode “estragar” as relações pessoais e de trabalho.

Então a gente, como se diz, não quer prejudicar eles [empregadores], né? Porque sempre a gente trabalhou. Como se diz, meu pai ensinou: nesse trabalho você já recebe, você trabalha, já recebe por seu trabalho e agora vai levar a pessoa num sindicato, sei lá, querer mais direito? [...]. Como diz ele [o pai], estragava. Você vai trabalhar para outra pessoa, o pessoal já não vai pegar você mais, porque já sabe que você levou a outra pessoa lá para receber o direito. Então a gente não faz essas coisas (Maria)

Ter um emprego e receber por ele, por si só, já é visto como um grande benefício, porque “querer mais direitos” parece não estar no horizonte de muitas delas, dadas as injunções sociais que lhes bloqueiam ou lhes dificultam arquitetar seu próprio destino. Mas quando estimuladas a imaginar ou expressar seus desejos e perspectivas de futuro, aí sim aparecem de forma reiterada os estudos, a aposentadoria e os anseios sobre ter seu próprio negócio. Claudete aspira ser sua própria chefe, “ser a minha patroa”, nas palavras dela. Rita, Josi e Cleide querem conquistar sua aposentadoria para poderem se dedicar aos cuidados dos/as netos/as. Geni tem vontade de voltar a estudar e cursar pedagogia. Marta também quer retomar os estudos e avançar na sua formação.

Em outras palavras, aspiram a direitos: estudar, qualificar-se, aposentar-se, gerir seu negócio, embora lhes pareçam – como de fato muitas vezes são – possibilidades distantes. Empreender se manifesta como um caminho para obter controle sobre sua vida profissional e pessoal, oferecendo uma alternativa para superar condições de trabalho subalternas. Estudar e avançar na formação significa romper barreiras impostas pela discriminação, superando desigualdades socioeducacionais. Qualificar-se academicamente abriria novas oportunidades profissionais, representando uma busca por transformação pessoal e social. Aposentar-se simboliza a conquista de tempo livre, um recurso valioso que permite dedicar-se a si e contribuir para o bem-estar das gerações mais novas.

O desejo dessas mulheres pelo controle sobre seu tempo e destino revela a profundidade da relação entre tempo, autonomia e resistência. Garantir tempo para a educação/formação profissional, para a participação política coletiva ou para o autocuidado e o cuidado familiar não é apenas uma questão pessoal, mas uma afirmação de cidadania, essa mesma que lhes é tolhida ou obstruída pelas estruturas ativas de dominação, desigualdades e exploração.

Como parte do cotidiano de todas as pessoas e um elemento organizador central das nossas relações sociais, as necessidades do lar e de cuidados de modo geral – família, crianças, idosos/as, doentes e pessoas com deficiência – deveriam ser tratadas como problema político de primeira ordem (Biroli, 2018, p. 54), não na chave de políticas sexuais de “conciliação” entre vida



pessoal e profissional que mascaram o paradoxo de chegar à igualdade cabendo exclusivamente às mulheres “conciliar” (Hirata; Kergoat, 2007). Porque a posição de quem cuida e os acessos desiguais a cuidados necessários (re)produzem as dimensões das desigualdades de gênero, raça, classe e região, constituindo problemas para a cidadania de muitas mulheres e, por consequência, para a democracia. Além de exporem padrões desiguais de responsabilização, de garantia de direitos e de julgamentos morais entre homens e mulheres, as relações de cuidado demandam tempo e energia, e, quando privatizadas, dinheiro. Mulheres cuidam em situações e condições diversas, dependendo de sua posição de classe, em relações conformadas pelo racismo estrutural (Almeida, 2019), evidenciando a natureza fundamentalmente conflituosa da reprodução das desigualdades em gerações de mulheres da mesma família.

Na perspectiva das trabalhadoras domésticas ouvidas aqui, incumbidas economicamente da sustentação do lar, “conciliar” ou “delegar” significa atribuir tarefas e funções para outras mulheres da casa – frequentemente filhas e netas – desde a infância, que acabam entrando para o serviço doméstico como alternativa mais imediata de emprego, mantendo a distância em relação às mulheres social e economicamente privilegiadas, que têm ao mesmo tempo a necessidade e os meios de delegar.

Ao questionarmos como avaliam o trabalho que exercem, a desvalorização social e econômica aparece em primeiro lugar, seguida pela percepção bem clara de que seu trabalho é fundamental para a dinâmica das famílias contratantes, porque “a maioria das famílias trabalha fora, então precisa ter uma ajudante. Tenho uma cunhada que trabalha no escritório das 8h às 17h. Chega em casa, com três filhos, não dá tempo de fazer o serviço. Tem que ter uma empregada pra ajudar! Nem se for duas vezes por semana ou três” (Lurdes). Rita de Paula também segue na mesma direção: “porque a pessoa que trabalha fora tem que ter uma pessoa para manter a casa, porque a casa todo dia precisa da manutenção, né? Da limpeza, de fazer a comida, organizar a casa. Então, se a pessoa tá fora, uma pessoa ali cuidando da casa é muito importante”.

Como o trabalho em casa é uma demanda sempre renovada e incessante, quanto mais o tempo do trabalho é apropriado, mais liberado desse trabalho se torna o cotidiano das patroas, familiares e pessoas contratantes. A autonomia sobre o próprio tempo reproduz as desigualdades socioeconômicas dos domicílios. “Os conceitos de *pobreza de tempo* e *déficit de tempo* ajudam a compreender a forma através da qual a ordem de gênero perpassa o mundo do trabalho e as vinculações entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, revelando uma parte oculta dessa equação” (Abramo; Valenzuela, 2016, p. 119).



Em duplo movimento de mascaramento, o trabalho doméstico remunerado, de um lado, atenua as demandas das famílias contratantes, que têm condições de pagar pelos serviços de outras mulheres, aliviando as “responsabilidades femininas” dessa família. De outro lado, acentua as diferenciações objetivas entre mulheres. Mulheres pobres, negras, com baixa escolaridade e de regiões periféricas precarizadas estão mais expostas a trabalhos subalternos e desvalorizados, amoldados na forma do emprego doméstico.

Considerações finais

O trabalho doméstico e de cuidados é parte fundamental da cadeia reprodutiva da força de trabalho, embora represente o elo mais fraco, em ocupação que carece de reconhecimento e proteção social. Nos relatos, casos e histórias de vida aqui apresentados pelas memórias e experiências das trabalhadoras de Ouro Fino e Inconfidentes, jornadas bastante extensas entre bicos, roça e famílias contratantes; afazeres domésticos em suas residências; ausência de limites contratuais claros; informalidade; investimento emocional; nível de remuneração; condições precárias de circulação e mobilidade; difícil acesso à educação e participação política; tudo isso evidencia a baixa valoração social e econômica dessas mulheres e do emprego doméstico.

Trazer suas experiências para o primeiro plano possibilita olhar através de um ponto de vista de conhecimentos e vivências singulares que, ao confeccionarem cotidianamente a produção do viver, nos permitem ver como as relações sociais são carregadas de particularidades de cada vida, mas que nem por isso deixam de reproduzir regularidades e padrões que as pesquisas quantitativas nos revelam com dados e números – mesmo que a tendência seja priorizar macrorregiões e metrópoles, historicamente vistas pela economia capitalista como áreas de maior produção de valor e, portanto, de maior interesse e investigação. Áreas onde os limites entre urbano e rural são tênues ou cidades pequenas e interioranas acabam recebendo menos atenção. Mas em todas elas, os serviços domésticos e de cuidados são constitutivos da economia e das relações sociais. Ao darmos destaque para vidas concretas em curso, atentando para as especificidades do tecido rural-urbano de Ouro Fino e Inconfidentes, nuances apareceram com mais nitidez, dando voz aos desafios, conquistas, dores, desejos, sentimentos e sobrecarga.

As trabalhadoras de Ouro Fino e Inconfidentes são agentes fundamentais para garantir autonomia aos membros das famílias contratantes e para fazer girar a economia de modo geral, enquanto a sua autonomia e possibilidades de superação das desigualdades ficam comprometidas. A soma dos fatores tempo de cuidado e do trabalho doméstico remunerado e não remunerado; o crochê; a produção de quitutes; a revenda de cosméticos, lingerie etc.; as colheitas sazonais de café; o trabalho na roça; a falta de equipamentos coletivos e de políticas públicas; tudo isso significa menos tempo para o descanso, autocuidado e lazer, qualificação e



estudos, e para participação política de qualidade – seja em movimentos sociais, coletivos, sindicatos ou associações pela concretização de direitos como: transporte, saúde, educação, efetivação da legislação trabalhista já conquistada e a regulamentação de novos direitos. A carência de tempo se apresenta na vida delas tanto como uma dimensão da pobreza como um elemento de tolhimento do desenvolvimento político – individual e coletivo –, descortinando a interdependência entre família, Estado e mercado, de um lado, e entre direitos, processo de transformação social e emancipação, de outro.

Enquanto mulheres desfavorecidas economicamente desde a infância, com baixa escolaridade, chefes de família, provenientes de áreas pobres do campo ou da cidade, elas vão para o trabalho doméstico como fonte de subsistência ou de complementação da renda, não por escolhas voluntárias diante de um leque mais amplo de oportunidades e trajetórias de vida. Elas estão nesse lugar laboral desvalorizado e precarizado por conta dos desdobramentos de uma série de injunções interseccionadas de classe, gênero, raça e região, e do conjunto de alternativas disponíveis de fato para elas. Garantir tempo para escolarização, qualificação e/ou participação política pode ser apenas grãos de areia, que, no entanto, podem emperrar as engrenagens que fazem girar ininterruptamente o maquinário de desigualdades históricas das mulheres e entre elas.

Retomando a imagem da costura – fio condutor que perpassa as reflexões aqui tecidas –, a separação entre a economia doméstica e a economia pública, forjada no século XIX pelo avanço do capitalismo industrial, consolidou a ideia de que o espaço da casa é não produtivo, enquanto o espaço da rua é o lugar legítimo do trabalho e da política. Essa clivagem produziu um tecido social em que as mulheres – especialmente as brancas e de classes média e alta – foram alinhavadas ao papel de mães cuidadoras, frágeis e relegadas ao espaço doméstico, tradicionalmente desvalorizado como não produtivo. Somando a essa perspectiva, o pensamento feminista amplia a crítica à dicotomia entre esfera pública e privada, revelando como essa distinção mascara a dimensão política do cotidiano e da vida familiar. Ao restringir o político ao que é público, impessoal e racional, deslegitima-se o valor dos afetos, do cuidado e do trabalho reprodutivo – este último frequentemente invisível, embora indispensável.

Nesse sentido, o trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não, aparece como a costura essencial entre os mundos da casa e da rua, da intimidade e da produção. Uma costura, no entanto, frequentemente frouxa, rota, feita às pressas e sempre tensionada para um dos lados da equação. O tecido social só se mantém porque alguém, quase sempre uma mulher, sustenta os bastidores do cotidiano para que o espetáculo da vida pública aconteça. E é justamente nesse ponto que reside o nó político da desigualdade: a invisibilização sistemática de quem sustenta, com agulha, linha e cansaço, o entrelaçamento das estruturas sociais.



Referências

ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual. In: ABREU, Alice; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.

ÁVILA, Maria Betânea. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In: ABREU, Alice; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

BHATTACHARYA, Tithi. **Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression**. London: Pluto Press, 2017.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Brites, Jurema; MONTICELLI, Thays; MELO, Ceci Bezerra de. Os sentidos do afeto nos estudos sobre trabalho doméstico. Cad. Pesqui. (Fund. Carlos Chagas), São Paulo, v. 54, 2024.

CAMARGO, Regina. **Agricultura familiar e ruralidade em Ouro Fino-MG**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas, 2010.

DANTAS, Caroline. **Mulheres, crochê e desenvolvimento local: um olhar para a sustentabilidade da vida**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Itajubá, 2022.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas. In: **Estudos e Pesquisas**, nº 106, coordenado por DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.pdf> Acesso em: 09 jul. 2024.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. As dificuldades das trabalhadoras domésticas no mercado de trabalho e na chefia do domicílio. In: **Boletim Especial - 30 de abril 2024**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/trabalhoDomestico.pdf>. Acesso em: 03 abril. 2025.

FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isaldo (orgs). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Curadoria Enap, 2011.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FORNÉS, Andrea. ¿Quién cuida a los familiares que cuidan adultos mayores dependientes? In: **Íconos, Revista de Ciencias Sociales**, n. 50, pp. 111-127, 2014.



FRAGA, Alexandre. **O serviço doméstico sob os holofotes públicos: alterações na articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo no Brasil (Estado, mercado e família)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2016.

GALON, Tanyse; CAETANO, Mariana; ALVES, Andréia; MORAES, Adrielle. Condições laborais e impactos na saúde de trabalhadoras domésticas remuneradas: uma *scoping review*. In: **Brazilian Journal of Development**, n. 7(2), pp. 15311-15334, 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura da sociedade brasileiro". In: HOLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista brasileiro**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GUERRA, Maria de Fátima. **Trabalhadoras domésticas no Brasil: coortes, formas de contratação e famílias contratantes**. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 37(132), pp. 595-609, 2007.

MONTICELLI, Thays. **Diaristas, afeto e escolhas: ressignificações no trabalho doméstico remunerado**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2013.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Trabajadoras remuneradas del hogar en América Latina y el Caribe frente a la crisis del Covid-19**. OIT, 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/es/publications/trabajadoras-remuneradas-del-hogar-en-america-latina-y-el-caribe-frente-la> Acesso em: 09 jul. 2024.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Tornar o trabalho digno uma realidade para o trabalho doméstico: Progressos e perspectivas dez anos após a adoção da Convenção (N.º 189) sobre o Trabalho Doméstico em 2011**. Genebra: OIT, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40europe/%40ro-geneva/%40ilo-lisbon/documents/publication/wcms_832867.pdf Acesso em: 28 mar. 2025.

PINHEIRO, Luana; GOES, Fernanda; REZENDE, Marcela; FONTOURA, Natália. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da Pnad contínua. In: PINHEIRO, L., TOKARSKI, C. P., & POSTHUMA, A. C. (Eds.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: Dilemas e desafios do trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: Ipea; OIT, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-026-4> Acesso em: 28 mar. 2025.



COSTURANDO A PRODUÇÃO DO VIVER: MULTIJORNADAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS EM TECIDO RURAL-URBANO

Resumo: Este artigo se assenta na dinâmica do emprego doméstico em cenário de (des)continuidades entre rural e urbano, mais especificamente em Ouro Fino e Inconfidentes, na região sul de Minas Gerais. Através da escuta e compreensão exploratórias das experiências laborais e histórias de vida de 18 diaristas e mensalistas da região, destacamos como suas protagonistas vivenciam a economia do trabalho, dos afetos, de privações e direitos, marcada por multijornadas que transitam entre trabalho informal, temporário, em suas residências e emprego doméstico. Exploramos percepções e expectativas do curso da vida entre infância, trabalho e perspectivas de futuro no continuum roça-cidade, vida pessoal-vida profissional. O estudo reforça a centralidade do trabalho doméstico e de cuidados para a produção do viver e da economia, operando como costura entre a casa e a rua, cujas condições precárias e baixa valorização social e econômica podem ser sentidas na sobrecarga emocional e laboral das trabalhadoras, comprometendo sua cidadania e a democracia.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico; Cuidado; Rural; Urbano; Cidadania; Ouro Fino.

COSIENDO LA PRODUCCIÓN DEL VIVIR: JORNADAS MÚLTIPLES DE TRABAJADORAS DOMÉSTICAS EN UN TEJIDO RURAL-URBANO

Resumen: Este artículo se basa en la dinámica del empleo doméstico en un contexto de (des)continuidades entre lo rural y lo urbano, más específicamente en Ouro Fino e Inconfidentes, en la región sur de Minas Gerais. A través de la escucha y comprensión exploratorias de las experiencias laborales y las historias de vida de 18 trabajadoras de limpieza y empleadas domésticas de la región, destacamos cómo sus protagonistas experimentan la economía del trabajo, de los afectos, de las privaciones y los derechos, marcada por jornadas múltiples que transitan entre trabajo informal, temporal, en sus residencias y empleo doméstico. Exploramos sus percepciones y expectativas sobre el curso de la vida entre infancia, trabajo y perspectivas de futuro en el continuum campo-ciudad, vida personal-vida profesional. El estudio refuerza la centralidad del trabajo doméstico y de cuidados para la reproducción de la vida y la economía, actuando como costura entre el hogar y el ámbito público, cuyas condiciones precarias y baja valoración social y económica se manifiestan en la sobrecarga emocional y laboral de las trabajadoras, comprometiendo su ciudadanía y la democracia.

Palabras claves: Trabajo Doméstico; Cuidado; Rural; Urbano; Ciudadanía; Ouro Fino.

SEWING THE PRODUCTION OF LIVING: MULTIPLE JOURNEYS OF DOMESTIC WORKERS IN A RURAL-URBAN TISSUE

Abstract: This article is grounded in the dynamics of domestic employment within the context of (dis)continuities between rural and urban settings, specifically in Ouro Fino and Inconfidentes, located in the southern region of Minas Gerais, Brazil. Through exploratory listening and understanding of the work experiences and life stories of 18 domestic workers in the area, we highlight how these women navigate an economy marked by labor, emotional bonds, deprivation, and rights, characterized by multiple jobs ranging from informal and temporary work at home to domestic employment. We explore their perceptions and expectations of life's trajectory—from childhood to work and future aspirations—within the continuum of rural-urban, personal-professional life. The study underscores the centrality of domestic and care work in sustaining life and the economy, acting as a bridge between home and public spheres. However, the precarious conditions and low social and economic value attributed to this work manifest as emotional and labor overload for the workers, compromising both their citizenship and democracy.

Keywords: Domestic Work; Care; Rural; Urban; Citizenship; Ouro Fino.



RECEBIDO EM: 24 de dezembro de 2024

APROVADO EM: 14 de abril de 2025

PUBLICADO EM: 31 de agosto de 2025

SUGESTÃO DE CITAÇÃO:

ARRIBAS, Célia da Graça; GOVÊA, Aline Pacheco. Costurando a produção do viver: Multijornadas de trabalhadoras domésticas em tecido rural-urbano. **Revista Espirales**, v. 9, e-location: e2282886917, 2025. <https://doi.org/10.29327/2282886.9.1-7>

EDITORIA-CHEFE: Tereza Spyer e João Barros II

EDITORIA ADJUNTA: Besna Yacovenko, Marina Magalhães Moreira e Orlando Bellei Neto

EDITORIA EXECUTIVA: Cibelle Burdeles da Motta e Marina Magalhães Moreira

REVISÃO: Cibelle Burdulis da Motta

DIAGRAMAÇÃO: Alessandra Renata de Melo Teixeira



A **REVISTA ESPIRALES** É APOIADA E FINANCIADA POR: